

# A modernização autoritária do jornalismo brasileiro

Afonso de Albuquerque

Jornalismo é uma profissão autoritária.  
(Abramo, 1993: 252)

Isso foi num crescendo, até que, em setembro de 1984, nós implantamos, sem consulta prévia, o *Manual geral da redação*, que já vinha sendo preparado desde o final da gestão de Boris pelo Carlos Eduardo Lins da Silva e pelo Caio Tulio Costa, ambos, na época, secretários de redação, e por mim mesmo. Foi basicamente feito a seis mãos. Esse manual foi baixado, com uma série de medidas bastante draconianas em termos de normatizar procedimentos, despolitizar, procurar garantir que as diferentes versões fossem registradas na mesma reportagem, e também com uma série de providências gráficas.  
(Frias Filho, 2003)

**A**tenção dispensada pelo meio acadêmico brasileiro à história do jornalismo não parou de crescer nas duas últimas décadas. Novos livros foram lançados sobre o tema, um volume significativo de artigos foi publicado e eventos acadêmicos especializados surgiram para dar conta da “história da mídia”, com destaque para a história do jornalismo. Do ponto de vista qualitativo, porém, os avanços foram modestos. Ribeiro e Barbosa (2009) destacam que a produção sobre o tema frequentemente carece de rigor teórico e metodológico, uma vez que muitos dos trabalhos produzidos sobre o tema estão presos à tradição memorialística, a um enfoque excessivamente particularista e meramente descritivo, que desafia qualquer tentativa de síntese, e a uma concepção linear do tempo que privilegia a mudança e tem nos feitos “notáveis” o seu principal objeto de atenção. Tais lacunas teóricas e metodológicas escondem, porém, um problema ainda mais sério: a contaminação da

agenda de pesquisa acadêmica por questões que dizem respeito fundamentalmente ao campo profissional/sindical do jornalismo (Albuquerque, 2009). Em conseqüência, a produção acadêmica no campo assume freqüentemente uma feição conservadora (no sentido teórico-metodológico, antes que político), comprometendo-se antes com a reprodução de interpretações consagradas do que com o desafio sistemático aos saberes estabelecidos. Deste modo, ela desempenha antes uma função mítica que de pesquisa acadêmica, no sentido estrito do termo.

Por vezes, essa vocação conservadora assume formas explicitamente doutrinárias. Dois exemplos são a distinção proposta por Machado entre os *estudos do jornalismo* – que agregam perspectivas externas ao campo profissional e que, portanto “difícilmente podem oferecer contribuições relevantes para desvendar aspectos específicos da prática jornalística” (2004: 7) – e as *teorias do jornalismo* – estas sim dotadas de aplicabilidade prática e desenvolvidas por pesquisadores “com formação específica no campo ou com forte vinculação ao jornalismo como prática profissional” (2004: 6) – na medida em que ela desqualifica a pesquisa acadêmica que não seja diretamente voltada para o aperfeiçoamento profissional, e a genealogia do “pensamento jornalístico brasileiro”, traçada por Melo, preocupada em realçar (e louvar) os elementos de “aderência, continuidade e permanência” (2010: 23) nele presentes. Sua abordagem realça o papel dos “fundadores” e seu legado, “perpetuado por seguidores devotados e discípulos tardios” (2010: 14). Na maior parte do tempo, porém, o viés conservador atua de modo sub-reptício, através da reprodução a-crítica de modelos interpretativos consagrados por diferentes autores em sequência. O melhor exemplo disto é a narrativa que identifica os anos 1950, e mais particularmente a reforma jornalística do Diário Carioca como o marco zero da modernização do jornalismo brasileiro (cf. Lage, 2002; Lage et al. 2004; Sousa, 1990a; Sousa 1990b).

Em resumo, esta narrativa descreve a reforma do Diário Carioca como o ato fundador de um novo tipo de jornalismo no Brasil: moderno, objetivo e comprometido com o ideal de serviço público. Segundo este relato, o jornalismo brasileiro até então era predominantemente praticado com um espírito amadorístico e aventureiro, por profissionais com pouco preparo técnico e eticamente descompromissados, e por um estilo literário barroco, que tem no *nariz de cera* – uma introdução com pretensões literárias que antecedia a apresentação do elemento propriamente informativo das notícias – o seu símbolo máximo (Silva, 2009; Tinhorão, 1990). A reforma do Diário Carioca teria modificado esta situação de diferentes formas. Comumente apresentada como um esforço de aproximação do jornalismo brasileiro do modelo americano (Jobim, 1954; Silva, 1991), ela é geralmente descrita como envolvendo três atos fundamentais: 1. a criação de um manual de redação moderno, pelo diretor de redação do jornal, Pompeu de Sousa, que introduziu um novo estilo textual no jornalismo brasileiro, tendo a objetividade como valor fundamental e o *lead* como

fórmula de abertura das notícias; 2. a seleção e treinamento de um grupo de jovens inexperientes – e portanto livres do “pecado original” do jornalismo brasileiro – para trabalhar no jornal; 3. a transformação do papel do *copy desk* no jornal, de mero instrumento de revisão textual para uma instituição disciplinar com amplos poderes e, deste modo, desempenhando um papel central no processo de reprodução ideológica da reforma (Albuquerque, 2008).

A questão não tanto é se a reforma do Diário Carioca representou um papel muito importante na modernização do jornalismo brasileiro. Admitamos de pronto que ela o fez. A questão é definir *que espécie* de modernização se verificou no jornalismo brasileiro e de que modo a reforma do Diário Carioca contribuiu para ela. Para dar conta desta questão, é preciso ir além das interpretações consagradas e considerar o problema sob ângulos inteiramente novos. É isso o que este texto se propõe a fazer, quando sugere que a reforma do Diário Carioca pode ser entendida como um marco fundamental do processo de *modernização autoritária* do jornalismo brasileiro. O argumento do texto se estrutura em três partes. Dado que o jornalismo americano se constituiu no modelo da modernização do jornalismo brasileiro, a primeira parte discute o debate acadêmico travado nos Estados Unidos em torno do processo de modernização do jornalismo americano. A segunda parte apresenta uma releitura do conceito de modernização autoritária, tendo em vista a sua aplicação a processos de natureza micro-social, como a reforma de jornais, por exemplo. A terceira parte, enfim, analisa a reforma do Diário Carioca à luz do modelo da categoria de modernização autoritária, e discute o seu legado para o jornalismo brasileiro.

### ***A modernização do jornalismo nos Estados Unidos***

Como vimos, a reforma do jornal Diário Carioca tem sido geralmente descrita como um exemplo da influência do modelo americano sobre o jornalismo brasileiro. Mas o que este “modelo americano” significa exatamente? Neste sentido, é interessante observar mais detalhadamente o debate travado pelos autores americanos acerca da modernização do jornalismo em seu país. A ausência de uma melhor compreensão do desenvolvimento histórico do jornalismo americano frequentemente tem levado os pesquisadores brasileiros a produzir inferências simplistas sobre a sua natureza e sua influência sobre o jornalismo brasileiro.

Dentre as perspectivas disponíveis, provavelmente nenhuma é tão problemática quanto a que define o jornalismo a partir de um olhar *essencialista*. Um exemplo é a perspectiva que considera o jornalismo como uma forma específica de conhecimento, que tem na reprodução de um evento pelo ângulo da sua singularidade o seu traço fundamental (Genro Filho, 1987; Meditsch, 2002). Os problemas inerentes a esta perspectiva são semelhantes aos que derivam o uso de uma perspectiva universalista, como a que percebe os jornalistas como uma “comunidade interpretativa

transnacional” (Traquina, 2002; Ponte, 2009). Em ambos os casos perde-se de vista a extrema diversidade na qual o jornalismo se manifesta em diferentes contextos sociais, demonstrada por inúmeros estudos comparativos (Köcher, 1986; Chalaby, 1996; Hallin e Mancini, 2004), bem como a natureza histórica e, portanto, cambiável, deste fenômeno. Em consequência, toma-se como características essenciais ou universais traços que são peculiares a um modelo específico – originário dos Estados Unidos em um dado momento histórico – de jornalismo.

Quando analisamos o jornalismo americano sob um prisma histórico, constatamos que as raízes do modelo americano de jornalismo – que serviu de inspiração para a reforma do Diário Carioca – são muito menos profundas do que se poderia imaginar a princípio. Ao longo da segunda metade do século XIX o jornalismo dos Estados Unidos foi estruturado em torno de parâmetros que nada lembram o “modelo americano” que se tornou referência para a(s) reforma(s) do jornalismo brasileiro, tanto do ponto de vista quanto das convenções literárias que o regiam. Em relação ao primeiro aspecto, o jornalismo americano era fortemente partidário, ligado a partidos ou a suas facções. Isso se refletia não apenas no seu conteúdo, mas no tipo de audiência que cada jornal cultivava (Kaplan, 2002). Quanto às convenções textuais, os artigos jornalísticos eram escritos em primeira pessoa, fortemente opinativos e descreviam os eventos de que tratavam na ordem cronológica, ao invés de privilegiar as informações mais importantes (Ryfe, 2006). O modelo de jornalismo baseado nos princípios da objetividade e no uso do *lead* não se consolidou nos Estados Unidos senão na década de 1920, sob influência do movimento Progressivo<sup>1</sup> (Kaplan, 2002; Schudson, 1978; Schudson, 2002) e, de acordo com Hallin (1996), atingiu seu apogeu entre as décadas de 1950 e 1980, em associação ao fenômeno do “consenso da guerra fria”. Tais dados obrigam a que se reveja, ou pelo menos considere com muita cautela, os argumentos que ressaltam o imenso “atraso” histórico do jornalismo brasileiro em relação ao americano por ocasião da década de 1950.

Também nos Estados Unidos, perspectivas oriundas do campo profissional tiveram forte influência sobre os modelos interpretativos empregados na análise histórica do jornalismo. Em particular, perspectivas relacionadas ao movimento Progressivo se tornaram muito influentes na historiografia relativa ao jornalismo americano. Elas promoveram uma interpretação evolucionista do desenvolvimento do jornalismo nos Estados Unidos, que destacava a transição do jornalismo partidário para o jornalismo independente, comprometido com o relato objetivo dos acontecimentos. Esta abordagem é evidenciada, por exemplo, no clássico artigo de Park (1923), não por acaso denominado “Uma história natural do jornalismo”. Tal como ainda acontece no Brasil, essas perspectivas ajudaram a promover e naturalizar uma interpretação forjada pelos agentes de um dado processo de modernização de jornalismo.

Diferentemente do que ocorreu no Brasil, porém, elas terminaram por ceder lugar a perspectivas estritamente acadêmicas acerca do fenômeno. O livro *Discovering*

*the News* de Michael Schudson (1978) constituiu um marco importante deste processo. Para o autor, a origem da modernização do jornalismo americano remete às transformações sociais pelas quais os Estados Unidos passaram na década de 1830, que estabeleceram as bases de uma economia de mercado e de uma política de massas e, no que diz respeito especificamente ao jornalismo, deu origem à *penny press*, jornais que se dirigiam a um público de massa ao invés de servir como veículos de interesses partidários. Ainda que não intencionalmente, o argumento de Schudson deu origem a uma nova ortodoxia (liberal) na interpretação da história do jornalismo, que estabelecia uma relação mais ou menos direta entre o desenvolvimento de um mercado sólido e um modelo de jornalismo independente. Este modelo foi apropriado por diversos autores e aplicado à análise do desenvolvimento do jornalismo em outros países. No Brasil, o argumento foi apropriado por Silva (1991) para justificar as razões da reforma da Folha de S. Paulo e a superioridade desta em relação à reforma do Diário Carioca. Contudo, a associação direta entre o desenvolvimento de um mercado sólido e o modelo de jornalismo independente veio a ser questionada por diversos autores, a começar por Nerone (1987). Essas objeções foram confirmadas por estudos comparativos. Em especial, Hallin e Mancini (2004) demonstraram a coexistência de um modelo de jornalismo partidário com um mercado sólido.

A lógica especificamente acadêmica da pesquisa se apresenta nesta trajetória a partir da possibilidade (e, de fato, da *obrigação*) de questionar e rever as interpretações consagradas sobre a história do jornalismo. Tal atitude é, porém, pouco desenvolvida entre os pesquisadores brasileiros. Pode-se mesmo dizer que ela é desestimulada pelo discurso que valoriza a continuidade, e o legado que os antecessores passam aos seus “dedicados discípulos”. O resultado é que a agenda da investigação brasileira sobre o assunto, acaba reproduzindo por tabela uma versão adaptada da interpretação progressista da história: evolucionista e com ênfase na superação da política pela técnica. Para superar este entrave, é preciso considerar o tema sob novos ângulos, que tenham em vista a especificidade do processo de modernização do jornalismo tal como ele aconteceu no Brasil. É isto o que este artigo propõe através do uso do conceito de “modernização autoritária”.

### **O modelo da modernização autoritária**

O termo “modernização autoritária” tem sido geralmente empregado para dar conta de projetos de reforma social liderados pelo Estado que têm em comum duas premissas básicas: 1. a percepção, por parte de um grupo social – geralmente membros de uma elite – de uma inferioridade da própria sociedade em relação a outras, que resulta de um deslocamento simultaneamente temporal – a própria sociedade é percebida como *atrasada* – e espacial – a própria sociedade é percebida como *periférica*; 2. a defesa de uma solução autoritária, entendida como o único meio

capaz de proporcionar um atalho para a modernidade, que permita superar a distância em relação às sociedades mais avançadas. De acordo com esta perspectiva, caberia primordialmente ao Estado o papel de realizar esta tarefa, através de uma “revolução vinda de cima” (Moore Jr., 1983). As reformas conduzidas pelo Império alemão e pelo Japão Meiji no século XIX oferecem exemplos pioneiros de reformas bem sucedidas, que permitiram a países relativamente periféricos e pouco desenvolvidos se converter em potências econômicas e militares no intervalo de poucas décadas (Streck e Yamamura, 2001). Durante as décadas de 1920 e 1930, Kemal Atatürk e Reza Shah promoveram ambiciosos projetos de modernização, respectivamente na Turquia e no Irã, que envolveram tentativas de mudar suas sociedades como um todo, incluindo o sistema político e educacional, reformas nas forças armadas e mesmo mudanças na linguagem e nos códigos de vestuário (Atabaki e Zücher, 2004). No Brasil, tanto o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) quanto o regime militar (1964-1985) patrocinaram iniciativas de modernização autoritária.

Neste texto, o termo “modernização autoritária” é aplicado ao estudo das reformas modernizantes no jornalismo, um objeto inteiramente diferente daquele que ele se propôs originalmente a descrever. Não obstante o objeto seja diferente, as premissas anteriormente descritas aqui também servem de base para a ação modernizante. As reformas jornalísticas orientadas pela perspectiva da modernização autoritária se baseiam na percepção de que o jornalismo que se pratica em um determinado país (ou região) sofre de uma severa defasagem em relação ao que se pratica em outros países ou regiões, e propõe uma abordagem do tipo “revolução vinda de cima” para dar conta do problema. As reformas do Diário Carioca, na década de 1950 e da Folha de S. Paulo, na década de 1980, ilustram à perfeição este processo.

Tal como empregado aqui, o conceito de modernização autoritária permite lançar uma nova luz sobre a discussão sobre o profissionalismo no jornalismo. Os termos “profissionalismo” e “profissionalização” têm sido frequentemente empregados como sinônimos, nos estudos sobre o jornalismo e na comunicação política. Frequentemente, os termos são usados de maneira imprecisa, significando a adoção de práticas mais “racionais” ou “eficientes”, em oposição ao “amadorismo” (cf. Lilleker e Negrine, 2002). Algumas tentativas de definir o profissionalismo jornalístico incluem a sua associação com a norma da objetividade (Tuchman, 1972; Schudson, 1978; Schudson, 2002), à educação formal dos jornalistas (de Burgh, 2003; Deuze, 2008) ou sua percepção como um recurso que permite aos jornalistas exercer um controle sobre a sua própria profissão (Soloski, 1993, Aldridge e Evetts, 2003). Hallin e Mancini (2004) relacionam o profissionalismo a três elementos fundamentais: 1. a autonomia dos jornalistas (entendidos como grupo, antes que como indivíduos) frente a forças externas; 2. uma forma “horizontal” de organização social, que se estrutura em torno de normas profissionais próprias; 3. uma ética profissional que relaciona a atividade à prestação de um serviço público.

Neste texto, sugiro empregar *profissionalização* e *profissionalismo* como conceitos distintos, que abordam aspectos diferentes, e por vezes complementares, de um mesmo fenômeno. O conceito de profissionalização se refere a um *discurso* acerca do jornalismo, que enfatiza o seu aperfeiçoamento, seja em referência ao passado, a um processo em curso ou a uma meta para o futuro, ou a superioridade em relação a outras práticas sociais que concorrem com ele na prestação de um serviço semelhante. Esse discurso pode ser enunciado por diferentes tipos de agentes sociais, tendo em vista agendas distintas e, mesmo, contraditórias: sindicatos podem fazer uso dele para reivindicar o pagamento de melhores salários para os jornalistas que eles representam; jornalistas podem usá-lo para se apresentarem como dotados de habilidades e responsabilidades particulares, que os distinguem essencialmente dos “amadores” e desta forma exigir privilégios sociais ou mesmo legais<sup>2</sup>; organizações jornalísticas podem se apresentar como prestadoras de um serviço público a fim de obter influência política, vantagens econômicas, ou proteção legal.

O conceito de profissionalismo, por outro lado, se refere a um conjunto de parâmetros concretos que permitem avaliar a prática social concreta do jornalismo. Os três critérios propostos acima por Hallin e Mancini parecem bastante satisfatórios a este respeito. A modernização autoritária do jornalismo se associa estreitamente ao discurso da profissionalização, mas não ao profissionalismo. Como veremos a seguir, com base na análise do caso do Diário Carioca a lógica da “revolução vinda de cima” se opõe diametralmente à lógica da autonomia profissional e do controle horizontal entre os jornalistas.

### ***A modernização autoritária do Diário Carioca e seu legado***

Como regra geral, os relatos disponíveis sobre a reforma do Diário Carioca a descrevem como o marco fundador do processo de modernização do jornalismo brasileiro. Este processo teria se realizado a partir de uma implementação seletiva de normas de conduta profissional inspiradas no modelo americano de jornalismo “independente”. Incluem-se aí tanto princípios gerais – como a adoção da objetividade como referencial de conduta ética para os jornalistas – quanto regras práticas de conduta – como o uso da fórmula do *lead* na abertura das matérias. De acordo com eles, o exemplo pioneiro do Diário Carioca teria se difundido para outros jornais ao longo das décadas seguintes, até se tornar dominante entre os jornalistas brasileiros. Esta explicação se sustenta em uma argumentação teoricamente frágil, que combina elementos do evolucionismo e do difusionismo. A influência do evolucionismo se expressa no tema da sobrevivência dos mais aptos: o novo modelo teria triunfado porque se revelou melhor ou mais eficiente que o anterior e por isso triunfou sobre ele. Por outro lado, a relação entre o jornalismo brasileiro e o americano é descrita em termos eminentemente difusionistas: o jornalismo brasileiro teria adotado, de

um modo um tanto quanto passivo, o modelo americano, mesmo que não o tenha reproduzido de modo inteiramente fiel.

Este artigo adota uma linha de argumentação inteiramente diferente. Ela enfatiza, antes de mais nada, o papel eminentemente ativo que os jornalistas brasileiros – em um primeiro momento, os responsáveis pela reforma do Diário Carioca – desempenharam no processo de adoção do modelo americano: eles o reinterpretaram de forma bastante radical, a fim de adequá-lo às circunstâncias específicas da sociedade brasileira naquele momento. Em segundo lugar, aponta que este processo assumiu a forma de uma “modernização autoritária”, tendo em vista a ideia de que as mudanças necessárias para superar o atraso do jornalismo brasileiro frente ao americano teriam que ser impostas aos jornalistas de cima para baixo, pelos seus chefes. Em terceiro lugar, ele sugere que assume que o processo de adoção de um novo modelo não é neutro e, portanto, o processo de modernização autoritária teve consequências sobre o modo como o jornalismo passou a ser entendido e praticado no Brasil.

Em um outro artigo (Albuquerque, 2008), sugeri que a reforma do Diário Carioca pode ser entendida como uma peça em três atos. O primeiro ato se refere à criação das novas normas pelo chefe de redação do jornal, Pompeu de Sousa, através do *Manual de Redação do Diário Carioca*. O segundo ato descreve a seleção e treinamento de um grupo inteiramente novo de profissionais, livres do pecado original do jornalismo na medida em que não desfrutavam de experiência prévia nele. O terceiro ato, por fim, se configura através do papel de protagonista que os reformadores atribuíram ao *copy desk* como instituição normatizadora da sala de redação, responsável por zelar pela adequação das práticas e pela pureza ideológica e moral dos jornalistas que trabalhavam nela. Em seu conjunto estes atos configuram uma estratégia de modernização autoritária do jornal. Tomados em conjunto, a criação do manual e o processo de seleção e treinamento de novos “recrutas” dão conta do ideal de uma tabula rasa, uma ruptura radical em relação à realidade anterior, considerada inadequada diante de um certo ideal de modernidade.

Quanto ao *copy desk*, o papel que os reformadores do Diário Carioca atribuíram a ele não foi tanto o de implementar, quanto o de consolidar as reformas pretendidas. O *copy desk*, é bom que se diga, não foi inventado pelo Diário Carioca; sua origem remete ao jornalismo americano, como consequência da separação entre o trabalho mecânico (gráfico) e editorial. O *copy desk* atuava, neste contexto, como uma instituição intermediária, cujo papel era revisar o material oriundo do trabalho editorial (o texto) e adequá-lo às exigências da composição gráfica (Nerone & Barnhurst, 2001). A separação entre o trabalho mecânico e o editorial teve um papel importante no desempenho da reportagem, uma vez que propiciou aos jornalistas mais tempo livre para se dedicarem à coleta de notícias (Salcetti, 1995). Contudo, isto não levou a uma valorização do *copy desk* nos jornais. Ao contrário, ele foi percebido como um trabalho essencialmente desprazeroso e pouco reconhecido, uma função

coadjuvante em relação à reportagem (Solomon, 1995). O que o Diário Carioca fez foi subverter o papel do *copy desk*, fazendo dele uma instância de controle do trabalho jornalístico, tanto no que concerne aos seus aspectos técnicos quanto seus aspectos morais. Desta forma, o *copy desk* se constituiu na peça central do projeto de modernização autoritária do Diário Carioca.

Embora concebido como um atalho institucional para o jornalismo moderno (de inspiração americana), de algum modo o *copy desk* adotado pelo Diário Carioca representou um afastamento em relação ao modelo de jornalismo que lhe serviu de referência. Tem sido geralmente aceito que a reforma do Diário Carioca representou um momento importante no processo de substituição de um modelo de jornalismo literário por um jornalismo de estilo mais informativo. Contudo, uma observação mais acurada do impacto do papel que o Diário Carioca atribuiu ao *copy desk* obriga a que se reveja este argumento. Contrariando a perspectiva dominante, sustentamos que, sob muitos aspectos a reforma do Diário Carioca reforçou um modelo de jornalismo literário, em oposição ao jornalismo informativo. Para começar, o próprio significado da reforma foi definido por seus agentes em termos literários: a substituição de uma fórmula textual ultrapassada (o nariz de cera) por outra mais adequada aos tempos modernos (o *lead*). O processo de seleção e treinamento dos novos jornalistas também enfatizou primordialmente a aquisição de habilidades textuais, em detrimento de outras, como aquelas ligadas à coleta de informações – tais habilidades podem até terem sido contempladas no processo de treinamento dos novos jornalistas, mas se isto aconteceu, não foi considerado digno de ser registrado pelos relatos que se fazem sobre o assunto.

Foi, porém, o *copy desk* que institucionalizou uma concepção essencialmente literária<sup>3</sup> – antes que informativa – do jornalismo como sinônimo de modernidade. De inúmeras formas, ele valorizou a produção do texto jornalístico frente à coleta de informações. Ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos, este modelo de *copy desk* se desenvolveu em um ambiente jornalístico no qual já existia previamente uma tradição bem estabelecida de reportagem. Longe de favorecer o seu desenvolvimento, o *copy desk* atuou sistematicamente no sentido de restringir a autonomia dos repórteres, com base em uma disseminada suspeita acerca da sua integridade moral e competência profissional (Lage, 2002; Birolli, 2007). A desvalorização da reportagem frente à produção textual também é ilustrada pela política dos jornais de transferir para o *copy desk*, com melhores salários, os jornalistas que se destacavam na reportagem (Ribeiro, 2007). A valorização do *copy desk* como centro do novo jornalismo ajudou a promover uma concepção que valorizava o trabalho intelectual em detrimento do trabalho físico<sup>4</sup> e o ambiente seguro da redação, em contraposição ao ambiente moralmente suspeito das ruas.

Outro elemento importante do processo de modernização autoritária inaugurado pela reforma do Diário Carioca diz respeito às suas conseqüências no que se

refere à institucionalização do novo modelo. Definir um determinado conjunto de práticas jornalísticas como institucionalizadas significa supor duas coisas: 1. que elas permanecem estáveis através do tempo e do espaço (isto é, em diferentes organizações jornalísticas); 2. que elas são guiadas por regras não ditas, que são aprendidas na prática nas salas de redação (Cook, 1998). O processo de modernização autoritária afetou negativamente a institucionalização do novo modelo nestes dois aspectos. Com relação ao primeiro, a expansão do novo modelo foi mais complicada do que sugere a maior parte dos relatos disponíveis. Alberto Dines, por exemplo, observou que “quando um jornal nosso resolve iniciar uma “nova fase” são contratados os mesmos elementos que já fizeram uma “nova fase” em outros jornais. Na realidade, temos apenas uns 15 bons e modernos jornalistas fazendo um rodízio revolucionário pelos jornais e revistas.” (1958: 51). Quanto ao segundo aspecto, a definição do *copy desk* como instância especializada na re-iteração contínua e explícita da norma jornalística se opõe diametralmente à lógica do aprendizado de regras não ditas.

Em consequência, é possível propor que o modelo autoritário de modernização do jornalismo inaugurado pelo Diário Carioca encetou um modelo de profissionalização sem profissionalismo, no qual o discurso de modernização não correspondeu a um processo de efetivo compartilhamento dos novos valores pelos novos jornalistas. Ao contrário, o discurso de modernização acentuou o elemento da competência técnica às custas da autonomia do trabalho dos jornalistas. Ao que parece, a difusão do novo modelo de jornalismo dependeu, em um grau considerável, de acordos políticos. Albuquerque e Silva (2009), por exemplo, apresentaram a hipótese de que um pacto não escrito entre donos de jornais conservadores e os jornalistas comunistas que trabalhavam para eles, que permitiu aos comunistas serem contratados em número significativo e exercerem cargos estratégicos nos jornais, em troca de manterem a disciplina nas salas de redação e cultivarem relações de lealdade com seus chefes.

A reforma do Diário Carioca permaneceu como um referencial importante para o jornalismo e inspirou outras iniciativas similares. A mais conhecida delas é a reforma da Folha de S. Paulo. Exatamente como ocorreu com o Diário Carioca, a versão apresentada por um dos agentes da reforma, o secretário de redação da Folha de S. Paulo Carlos Eduardo Lins da Silva, se tornou o relato dominante sobre ela no meio acadêmico (cf. Silva, 1988, 1991)<sup>5</sup>. A reforma da Folha de S. Paulo seguiu de perto os passos do Diário Carioca, quer na retórica da *tabula rasa*, quer no papel central que atribuiu ao manual de redação como elemento pivotal da transformação – de fato o manual da Folha de S. Paulo assumiu um papel ainda mais importante que o do Diário Carioca, uma vez que não apenas fornecia diretrizes gerais para o novo modelo de jornalismo a ser perseguido, mas se constituía efetivamente em um elemento de controle, desempenhando uma função análoga

à do *copy desk* neste jornal<sup>6</sup>. Não obstante as semelhanças significativas existentes entre os dois processos (bem como entre os relatos elaborados acerca deles), cabe notar uma diferença crucial no que diz respeito ao tipo de discurso ideológico ao qual os dois processos foram associados: no caso do Diário Carioca, um discurso que reproduz argumentos do movimento progressivo, e identifica no *jornalista profissional* o elemento central da mudança; no caso da Folha de S. Paulo, ele está ligado a um argumento liberal, que vê na *empresa jornalística* o agente fundamental da transformação.

## **Conclusão**

A pesquisa de natureza histórica acerca do jornalismo brasileiro cresceu exponencialmente nos últimos anos, mas do ponto de vista qualitativo os avanços foram bastante modestos. Isto se deve em parte à contaminação da agenda da pesquisa acadêmica por interesses e perspectivas oriundos do campo profissional, o que tem levado a uma reprodução irrefletida de determinados modelos explicativos, sem que hipóteses alternativas sejam consideradas. Neste artigo, considerei criticamente um destes modelos explicativos, que aponta a reforma do Diário Carioca como um marco fundamental da modernização do jornalismo brasileiro, o ponto de partida para um salto qualitativo e de ruptura em relação ao jornalismo literário e amadorístico dos tempos passados. Este modelo consolida a perspectiva de um conjunto de agentes envolvidos na reforma, quer como participantes diretos, quer como seus herdeiros, e deixa de lado aspectos importantes do problema.

Em contraposição a este modelo, desenvolvi a hipótese de que o Diário Carioca implementou uma estratégia de modernização autoritária, baseada numa ruptura radical com o passado e o desejo de começar de novo sob bases inteiramente novas e sugeri que o *copy desk* desempenhou um papel central a este respeito. A análise sugere que é necessário considerar com mais cautela o legado deste processo. Em primeiro lugar a difusão do novo modelo pelo país parece ter envolvido um processo muito mais complexo do que meramente o triunfo do modelo mais apto, como o sugere o viés evolucionista implícito no modelo dominante, mas incluiu acordos políticos entre proprietários e jornalistas partidariamente motivados que trabalhavam em seus jornais. Em segundo lugar, a ruptura em relação ao passado parece menos significativa do que tem sido indicado: ao afirmar o texto jornalístico como seu objeto central, a reforma do Diário Carioca contribuiu para reforçar uma concepção essencialmente literária do jornalismo – uma literatura de ambições técnicas antes que artísticas, é verdade – em detrimento de outros aspectos como a reportagem. Finalmente, a modernização autoritária do jornalismo promovida pelo Diário Carioca teve implicações negativas quanto ao potencial de institucionalização do novo modelo, tanto no que diz respeito à sua persistência

no tempo e no espaço, quanto no que concerne ao papel que as regras não-ditas desempenham na sua reprodução.

*Afonso de Albuquerque*

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

## **Notas**

1. O movimento Progressivo atuou nos Estados Unidos entre as décadas de 1890 e 1920 e se caracterizou pela crítica ácida da política partidária, entendida como fator de ineficiência do governo e pelo seu engajamento em reformas políticas, sociais e morais. O movimento enfatizava uma concepção fundamentalmente técnica acerca do governo, e também do jornalismo, o qual deveria se comprometer antes com os fatos do que com opiniões ou interpretações acerca dele. Para um exemplo particularmente influente desta teoria, ver Lippmann (2009). Curiosamente, em sua defesa da construção de um campo específico das “teorias do jornalismo” em oposição aos “estudos do jornalismo”, Machado (2004) relega Lippmann a esta segunda categoria, apresentando-o como “um ensaísta”. De fato, ao contrário do que propõe Machado, Lippmann foi um pioneiro na observação sistemática do jornalismo e chamou a atenção para a necessidade de se estudar mais detalhadamente as rotinas concretas de produção da notícia – o que só veio a acontecer nos Estados Unidos muitas décadas depois – tendo em vista o objetivo de aumentar a qualidade técnica do jornalismo.
2. Zelizer (1992) chama a atenção para o esforço dos jornalistas em delimitar as fronteiras de sua competência profissional através da expressão “autoridade jornalística”. No Brasil, este processo ganhou desenvolvimentos muito particulares a partir do estabelecimento, pelo decreto-lei 972 de 1969, da formação superior específica em jornalismo como pré-requisito para o seu exercício profissional (cf. Albuquerque, 2009).
3. É possível distinguir o novo modelo de texto preconizado como “moderno” como uma forma de literatura “técnica”, em oposição a uma literatura de ambições “artísticas”. Contudo, trata-se de literatura da mesma maneira.
4. A desvalorização do trabalho braçal frente ao intelectual constitui um traço cultural marcante da classe média brasileira de acordo com Owensby (1999). Este traço contrasta vivamente com a cultura profissional dos jornalistas americanos que valoriza vivamente o uso do sentido e da sensibilidade como base do trabalho jornalístico – o “faro” do jornalista (cf. Schudson, 1978; Campbell, 1991) – além do esforço físico utilizado na produção da reportagem. Sobre este último aspecto ver a observação de Cater, de que “o bom repórter, segundo se diz, é julgado pela condição de suas pernas” (1965: 1).
5. Originalmente uma tese de livre-docência, o livro *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal* se propõe a promover uma análise equilibrada e distanciada de um fenômeno que acabara de acontecer (o período coberto pela análise vai de 1984

a 1987, ano em que o autor defendeu a tese), e do qual o autor foi protagonista. A notável fragilidade metodológica que isso configura ilustra, de maneira exemplar, os problemas resultantes da contaminação da agenda da pesquisa acadêmica por questões que dizem respeito ao âmbito da prática profissional.

6. Para uma análise das três primeiras edições do manual da Folha de S. Paulo (1984, 1987 e 1992), tendo em vista particularmente o modo como eles fundamentaram a idéia de que o jornal estabelecia uma espécie de contrato representativo com seus leitores, ver Albuquerque e Holzbach, 2008.

### **Referências bibliográficas**

- ABRAMO, Claudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. *ECO-Pós* 11 (2), 2008, p. 95-116.
- \_\_\_\_\_. O copy desk e o diploma: a retórica do profissionalismo como “purificação moral” no jornalismo brasileiro. In: LOPES, Fernanda Lima e SACRAMENTO, Igor (orgs.) *Retórica e mídia: estudos ibero-americanos*. Florianópolis: Insular, 2009. p. 279-289.
- \_\_\_\_\_. e HOLZBACH, Ariane Diniz. Metamorfoses do contrato representativo. *Comunicação, Mídia e Consumo* 14, 2008, p. 149-170.
- \_\_\_\_\_. e SILVA, Marco Antonio Roxo. Skilled, Loyal, and Disciplined. Communist Journalists and the Adaptation of the American Model of “Independent Journalism in Brazil”. *The International Journal of Press/Politics* 14 (3), 2009, p. 376-395.
- ALDRIDGE, Meryl e EVETTS, Julia. Rethinking the concept of professionalism: the case of journalism. *British Journal of Sociology* 54 (4), 2003, p. 547-564.
- ATABAKI, Touraj e ZUCKER, Erik J. (eds.). *Men of Order. Authoritarian modernization under Atatürk and Reza Shah*. London: I. B. Tauris, 2004.
- BIROLLI, Flavia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil. *História* 26 (2), 2007, p. 118-143.
- CAMPBELL, Richard. *60 Minutes and the News*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1991.
- CATER, Douglass. *The Fourth Branch of Government*. New York: Vintage Books, 1965.
- CHALABY, Jean K. Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, vol. 11 (3), 1996, p. 303-326.
- COOK, Timothy E. *Governing with the News: The News Media as a Political Institution*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- De BURGH, Hugo. Skills are not Enough. *Journalism* 4 (1), 2003, p. 95-112.
- DEUZE, Mark. Journalism Education in an Era of Globalization. In: HÖFFELHOZ, Martin e WEAVER, David (eds.). *Global Journalism Research: Theories, Methods, Findings, Future*. Malden (MA): Blackwell Publishing, 2008. p. 267-281.
- DINES, Alberto. Há um número irrisório de bons jornalistas no Brasil. *Publicidade e Negócios* n. 324, 1958, p. 51.
- FRIAS FILHO, Otávio. Entrevista. In: Alzira Alves de Abreu et al. (eds.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. p. 344-384.

- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.
- HALLIN, Daniel C. Commercialism and Professionalism in the American News Media. In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael (eds.) *Mass Media and Society*. New York: Arnold, 1996, p. 243-262.
- HALLIN, Daniel C. e MANCINI, Paolo. *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- JOBIM, Danton. French and U.S. Influences Upon the Latin American Press. *Journalism Quarterly* 31 (1), 1954, p. 61-66.
- KAPLAN, Richard L. *Politics and the American Press. The Rise of Objectivity 1865-1920*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- KÖCHER, Renate. Bloodhounds or Missionaries: Role Definitions of German and British Journalists. *European Journal of Communication* 1 (1), 1986, p. 43-64
- LAGE, Nilson. À frente, o passado. In: Federação Nacional de Jornalistas (ed.) *Formação superior em jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade*. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002. p. 55-70.
- \_\_\_\_\_ et al. Diário Carioca – o primeiro degrau para a modernidade. *Atas do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. Florianópolis, 2004.
- LILLEKER, Daren G. e NEGRINE, Ralph. Professionalization: Of What? Since When? By Whom? *Press/Politics* 7 (4), 2002: 98-103.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MACHADO, Elias. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento) E-Compós vol. 1, 2004. <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/2/4>
- MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? *Media & Jornalismo* 1 (1), 2002: p. 9-22.
- MELO, José Marques de. Journalistic thinking: Brazil's modern tradition. *Journalism* 10(1), 2009, p. 9-27.
- MOORE Jr, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NERONE, John C. A Local History of the Early U.S. Press: Cincinnati, 1793-1848. In: SOLOMON, William e McCHESNEY, Robert W. (eds.) *Ruthless Criticism: New Perspectives in U.S. Communication History*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993. p. 38-65.
- NERONE, John C. e BARNHURST, Kevin. US newspaper types, the newsroom, and the division of labor, 1750-2000. *Journalism Studies* 4 (4), 2001, p. 435-449.
- OWENSBY, Brian P. *Intimate Ironies: Modernity and the Making of Middle-Class Lives in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- PARK, Robert F. The Natural History of the Newspaper. *American Journal of Sociology* 29 (3), 1923, p. 273-289.
- PONTES, Cristina. Os jornalistas como “comunidade interpretativa transnacional”. *Estudos em Jornalismo e Mídia* 7 (1), 2009, p. 143-159.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história do Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

- \_\_\_\_\_. e BARBOSA, Marialva Carlos. “Combates” por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. *Atas do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba, 2009.
- RYFE, David M. News, culture and public life. A study of 19<sup>th</sup>-century American journalism. *Journalism Studies* 7 (1), 2006, p. 60-77.
- SALCETTI, Marianne. The Emergence of Reporter: Mechanization and the Devaluation of the Editorial Workers. In: HARDT, Hanno; BRENNEN, Bonnie (eds). *Newsworkers. Toward a History of Rank and File*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. p. 75-109.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the News: A Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books, 1978.
- \_\_\_\_\_. The objectivity norm in American journalism. *Journalism* 2 (2), 2002, p.149-170.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.
- SILVA, Marco Antonio Roxo da. A condenável retórica do nariz de cera e o diploma de jornalismo. In: LOPES, Fernanda Lima e SACRAMENTO, Igor (orgs.) *Retórica e mídia: estudos ibero-americanos*. Florianópolis: Insular, 2009. p. 257-278.
- SOLOMON, William S. The Site of Newsroom Labor: The Division of Editorial Practices. In: HARDT, Hanno e BRENNEN, Bonnie (eds). *Newsworkers. Toward a History of Rank and File*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. p. 110-134.
- SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993. p. 91-100.
- SOUSA, Pompeu. A revolução do lead. In: *Imprensa*, nº 33, 1990a, p. 56-57.
- \_\_\_\_\_. Era uma vez o nariz de cera. Entrevista a Claudio Lysias. In: *Revista de Comunicação* 7, 1990b, p. 22-24.
- STREECK, Wolfgang e YAMAMURA, Kozo (eds.). *The Origins of Nonliberal Capitalism: Germany and Japan in Comparison*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 2001.
- TINHORÃO, José Ramos. O máximo de notícia no mínimo de espaço. In: *Revista de Comunicação* 7, 1990, p. 24.
- TRAQUINA, Nelson. Uma comunidade interpretativa transnacional: a tribo jornalística. *Media & Jornalismo* 1 (1), 2002, p. 44-64.
- TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993. p. 61-73.
- ZELIZER, Barbie. *Covering the Body: the Kennedy Assassination, the Media, and the Shaping of Collective Memory*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.

## **Resumo**

Este artigo examina criticamente o relato dominante sobre a reforma do jornal Diário Carioca, na década de 1950, como o ponto de partida para um salto qualitativo do jornalismo brasileiro e de uma ruptura radical com o passado. Sustenta que este relato reflete a perspectiva dos agentes que lideraram este processo, e não dá conta da sua complexidade. Alternativamente, propõe uma interpretação desta reforma como um processo de modernização autoritária, que fomentou um modelo de profissionalização sem profissionalismo e, ao contrário do que sustenta a versão dominante, reforçou uma concepção fundamentalmente literária, ao invés de informativa, acerca do jornalismo.

## **Palavras-chave**

Brasil; Jornalismo; Diário Carioca; Reforma; Modernização autoritária.

## **Abstract**

This article criticizes the dominant narrative that defines the reform of Rio de Janeiro's newspaper Diário Carioca in the 1950s as the turning point for the improvement of Brazilian journalism. It maintains that this narrative reproduces the view of leading agents of the reform, and it is not able to deal with the complexity of the process. Alternatively, it proposes an interpretation of the reform as an authoritarian modernization process, which fostered a model of professionalization without professionalism, and, contrary to the dominant view, it reinforced a conception of journalism as a literary, rather than informative practice.

## **Keywords**

Brazil; Journalism; Diário Carioca; Reform; Authoritarian modernization.